

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E SIGNIFICAÇÃO DO COTIDIANO*

SOCIO-SPATIAL SEGREGATION, CONSTITUTION OF SUBJECT AND MEANING DAILY LIFE

Elton André Silva de Castro
Instituto Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre o processo de segregação socioespacial estabelecendo um foco na constituição de sujeitos humanos num território de degradação ambiental que atinge as cidades: os depósitos de lixo e as relações de produção de materiais recicláveis em estreita comunicação com uma indústria que deles se serve como fonte de riqueza. Tem-se como referência o pensamento de alguns autores que se dedicaram ao entendimento da condição humana, com interesse particular pelo estabelecimento das sociabilidades no cotidiano. As reflexões apresentadas, ilustradas por pesquisa empírica, focalizam as significações atribuídas às experiências vividas no cotidiano, emergindo das análises o par *eu-outro* como unidades de significação, processando sentidos subjetivos no percurso elaborado pelo sujeito nos espaços da vida privada e da descoberta da vida pública.

Palavras-chave: segregação socioespacial; constituição do sujeito; significação; cotidiano.

ABSTRACT

This work intends to reflect on the process of socio-spatial segregation, establishing a focus in the constitution of human citizens in a territory of environmental degradation that reaches the cities: the garbage deposits and the relations of production of recycle materials in narrow communication with an industry that explores them as a wealth source. I bring as reference the works of some authors who have dedicated themselves to understanding the human condition, with particular interest in the establishment of sociabilities in everyday life. The presented reflections, illustrated for empirical research, focus on meaning attributed to the experiences lived in the daily one, emerging from the analyses of the pair “me-other” as units of meaning, processing subjective senses in the passage elaborated by the citizen in the spaces of the private life and the discovery of the public life.

Keywords: socio-spatial segregation; subject constitution; meaning; daily life.

*Cannery Row, em Monterey, Califórnia
é um poema, um mau cheiro, um rangido, uma qualidade de luz,
uma tonalidade, um hábito, uma nostalgia, um sonho.
Cannery Row é o ajuntamento confuso e tumultuado,
em estanho, ferro e ferrugem, madeiras lascadas, calçadas rachadas,
terrenos baldios cobertos de mato e pilhas de lixo,
de fábricas de sardinha de ferro corrugado,
tabernas imundas, restaurantes e bordéis, pequenas mercearias sempre atulhadas,
laboratórios e albergues ordinários.*

Steinbeck (1980, pp. 8-9)

Reflexões sobre a vida na cidade: entre o real, a poesia e a literatura

N’*As Cidades Invisíveis*, Ítalo Calvino (2001, pp. 140-150) descreve um diálogo entre Kublai Khan e Marco Pólo, quando estes discutem se “o inferno

dos vivos” seria real e de fato é único fato possível, o último porto como “cidade infernal”. Inevitável porto. O diálogo entre o Grande Khan e o Viajante Pólo é a tentativa de acreditar e não acreditar, de querer e não querer “encontrar no meio do inferno dos vivos, o que não é inferno”. Saber e afirmar o inferno, mas acreditar nas possibilidades (que parecem ainda não existir)

de encontrar e “reconhecer quem e o quê, no meio do inferno, não é inferno e preservá-lo e abrir espaço”. Existiriam, então, duas formas de lidar com o “inferno dos vivos”. As duas seriam tentativas de lidar com o sofrimento: aceitar o inferno e tornar-se parte dele ou arriscar-se no meio do inferno e aprender com ele.

Steinbeck (1980, pp. 8-9), ao referir-se a Cannery Row, uma das ruas de Monterrey, Califórnia, descreve um ajuntamento confuso de ferro, ferrugem e degradação, parecendo lançar os sujeitos (da sua história fictícia, em sua cidade fictícia) na nulidade¹. Aquele que vive neste cenário deve, além de sobreviver a ele, ser capaz de continuar não como anjo ou mártir, mas, nos termos de Calvino (2001, pp. 140-150), como humano. Entre Calvino e Steinbeck, o inferno dos vivos constitui uma complexa rede de significações que não prescinde de uma base material para sua objetivação. O inferno dos vivos é real e se configura em um cotidiano permeado de significados. Um cotidiano de luta por sobrevivência em uma cidade que se degrada. Uma cidade produtora de riquezas, de apartação, que estrutura fronteiras perversas, entre territórios de distinções socioeconômicas, de “cidadanias hierarquizadas” (Telles, 2001).

O inferno dos vivos é um campo, uma área, uma representação poética, mas não entenda o leitor, ficcional da degradação socioambiental em que vivemos. A “poesia” de Calvino pode nos ajudar a compreender a dor sentida de quem vive em meio à degradação e que sofre porque está num inferno. Saber-se parte do inferno... E mesmo assim querer ultrapassá-lo, desejando encontrar no meio dele um outro com quem possa dividir a dor e procurar uma ou várias saídas possíveis para além da dor da degradação, da subalternidade e da nulidade. Ser ou voltar a ser quando tudo concorre para não ser legítimo o ato, a palavra e o sentimento. Para que não haja mais o sujeito. Mas há de existir. Voltar a ser sujeito quando não parecia ser mais possível. O sujeito retorna à cena da cidade. Retorna em territórios onde (parece) imperar a degradação.

No dizer de Lévi-Strauss (1996, p. 117), “a cidade é a coisa humana por excelência”. A cidade, como coisa humana, ancora processos de produção de riquezas e serviços e de restos desta produção que se apartam do conjunto da sociedade e, aparentemente, de seu comércio. A cidade produz subjetividades, modos de pensar e reproduzir a continuidade e a permanência humana na história. Na definição de Odum (1998, pp. 45-46), a cidade é “um ecossistema incompleto ou heterotrófico, dependente de grandes áreas externas a ele para a obtenção de energia, alimentos, fibras, água e outros materiais”. Caracterizando-se, por um intenso metabolismo em suas diversas áreas, alimentado basicamente pelo uso de combustíveis fósseis; pela necessidade constante de entrada de grande quantidade

de materiais, além do necessário para manter os processos vitais, desperdiçando recursos energéticos e, pela saída de grande quantidade de resíduos, em função do metabolismo referido.

O espaço da cidade recebe, por isso, a denominação de ecossistema artificial, por ter estabelecido redes e fluxos de energia, de trocas diversas, de mercadorias, de dinheiro, de informação: configurando pela ação humana, um “metabolismo urbano”. Como ecossistema, a cidade contém potenciais recursos a serem utilizados. Como ecossistema humano, vive suas deseconomias. Como ecossistema artificial, como coisa humana, contém uma dimensão simbólica. É um ecossistema tão natural quanto humano. O humano que não é apenas natureza, mas condição humana historicamente situada, dependente da materialidade que o constitui e das significações que contém.

O contexto destas reflexões é a cidade, não uma cidade genérica, mas um território seu. Lugar para que “os sujeitos típicos” (Ludke & André, 1986) do mundo da exclusão social, possam ser encontrados e vistos. O leitor poderá perceber que a busca por “tipicidade” resultará no encontro com uma diversidade subjetiva e a impossibilidade de definições redutoras do sujeito. Assim, uma outra geografia da cidade vem nos expor a divisão, o encontro possível, a conjunção e a separação entre diferentes tipos humanos que se esbarram; põe à mostra as regras e normas silenciosas para o uso da cidade, de circular nela, de utilizar-se de seus espaços e recursos. Os tipos humanos ocupam seus lugares por sua inserção e modos de apropriação da cidade. Mas seria do lixo, do meio do lixo que retornaria o sujeito. De um território que o contém e o isola para um campo de expressão: o da palavra/escuta, que rompe o silêncio e da ação/movimento, que subverte o impedimento ao ato. O campo em que o sujeito conta o que vive (e viveu), o que fez para chegar até aqui, sobre qual horizonte, com prontidão, deposita seus desejos de ser mais do que se é agora.

A vida coletiva daqueles que vivem na degradação das ruas e dos lugares das cidades caracteriza-se por formas de enfrentamento das condições limitantes de reprodução de suas vidas, também de busca por novas formas de existir (e resistir) à mesma degradação. A degradação que atinge a cidade é uma consequência do fracasso de modelos políticos, institucionais e econômicos que retiraram de seus horizontes o humano como medida e referência maior. Mas a degradação tem outras dimensões, que transcendem a materialidade. Há a significação do vivido. Por um, por tantos sujeitos. Do lugar que ocupamos agora, vamos refazer um caminho para compreender trajetórias de quem se (re)descobre sujeito. Do lugar que ocupamos, vamos desenvolver algumas reflexões para compreender a condição humana numa perspectiva que reencontre a ética e a política

como fundamentos. A condição de degradação que se apresenta materializada e naturalizada na paisagem da cidade², onde a Vila torna-se a “ilha de reclusão” e isolamento. Um território de (in)visibilidade para objetivar a exclusão na e da cidade.

É no exercício permanente de sobrevivência que o homem se insere no meio ambiente e sua inserção envolve a produção do espaço, numa ação cotidiana, em contextos históricos específicos. O espaço deve ser compreendido como uma produção social e a questão ambiental não apenas como referente à relação homem-natureza, mas resultante dos impactos da inserção humana no ambiente, dos efeitos das relações entre os homens no ambiente. Quando nos referimos às transformações que os homens infringiram à natureza, temos também em mente os processos de desenvolvimento decorrentes dessa transformação, geradores de desigualdades na produção do espaço, produzindo e designando lugares diferenciados para sujeitos humanos com diferentes poderes econômicos. A questão ambiental, no esteio de nossas reflexões, situa-se no modo complexo com que a inserção do homem no ambiente, a produção e o acesso ao espaço e os recursos nele disponíveis, produzem desigualdades elementos indesejáveis ao próprio desenvolvimento, como as mercadorias que uma vez utilizadas, perdem suas finalidades.

O homem apropriou-se da natureza, modificou-a num padrão simbólico e lhe determinou lugares e extensões (Rodrigues, 1998). A íntima ligação entre o sujeito e o espaço e as significações que esta relação configura em sua consciência, vai colorir a experiência da subalternidade na exclusão. A experiência da desigualdade vivida aos pares e em comunidade institui ilhas de “exclusão social” (Juncá, 1996, p. 35), aprisionando sujeitos e grupos ocupados em elaborar estratégias de sobrevivência no espaço urbano; fazendo destes espaços continentes da degradação ambiental que atingem existências humanas e as degrada. As concepções de meio ambiente e degradação devem ultrapassar uma perspectiva espacial, atingindo a relação simbólica que funda a consciência e o fundada existência humana.

Deve-se destacar que, dentro do espaço urbano delineiam-se fronteiras, em outros termos, “espaços intrafronteiriços” que, no dizer de Ferreira e Majela (1998) “limitam e excluem, dentro do mesmo espaço civil, indivíduos e grupos”. Tais fronteiras urbanas podem configurar limitações para a expressão de necessidades individuais e coletivas de certos sujeitos e grupos, impedindo que a esfera do público revele a diversidade de necessidades e desejos e a conquista de direitos. Criam-se, portanto, espaços diferenciados para a circulação, permanência e existência de grupos humanos; onde deverão utilizá-lo como única alternativa para produzir suas formas de sobrevivência.

Sobre a condição humana, o fazer(-se) durante a vida

Em Arendt (1997) viver de forma humana implica em ultrapassar o domínio da necessidade para atingir o campo ou o domínio da ação e da palavra; em outros termos, viver a vida política. Fazer-se político. Em sua perspectiva de análise, o nascimento ou o conceito de natalidade caracteriza a concretude do sujeito no mundo. No entendimento de Lafer (1979), o sujeito está para o mundo com seu nascimento, através de sua ação inicia sua história. O nascimento e a ação estão associados. Na análise arendtiana, a trajetória que percorre o homem para existir como homem se compõe de três experiências, nem sempre contínuas, quais sejam: do *animal laborans*, do *homo faber* e do *homo politikus*.

A primeira delas caracteriza o *animal laborans*, limitado pelo processo biológico, dando sentido a sua existência pela emergência da preservação biológica. Ultrapassar esta experiência faz advir o *homo faber*, que cria coisas a partir da natureza, fazendo do mundo um mundo compartilhado. O fazer caracteriza o *homo faber*, e Lafer (1979, p. 190) nos diz que fazer significa “uma atividade num determinado instante que tem começo, meio e fim”. O *homo faber* é capaz de acompanhar *os momentos do fazer* e podemos pensar que ele, ultrapassando a experiência do *animal laborans*, descobre a atividade e o tempo interligados e o *outro* como aquele com quem compartilha o que foi capaz de criar.

Entretanto, com a civilização industrial, os artesãos, aqueles capazes de criar que se fizeram *homo faber*, pelo peso da necessidade reduziram-se ao *animal laborans*. A industrialização impôs outro ritmo de produção aos artesãos, lançando-os numa cadeia de produção de mercadorias que lhes requisita outra prontidão para o trabalho; determinava-se a repetição de um mesmo ato no fluxo de trabalho, dispensava-se o conhecimento global da coisa a ser produzida. Desde o início do avassalador processo de industrialização, configuram-se sofrimentos decorrentes do trabalho (Weil, 1996). Na investigação que originou este artigo, os sujeitos buscam diferentes modos ou estratégias de resistência à nulidade subjetiva que os ameaça. A descoberta da vida pública e o acesso à experiência da *vita activa* são proporcionados quando a consciência de sua condição se amplia para além do fazer repetitivo no trabalho.

A terceira experiência humana foi tornada distante. Hoje, muitos, como os artesãos de antes, vivem o impedimento para alcançar a *vita activa*, que significa viver com os outros de forma humana. Nesta experiência humana, as pessoas descobrem a ação e a palavra, aquilo que os distinguem dos outros animais. Arendt (1997) nos lembra que na Grécia Antiga, o campo das necessidades era de domínio da esfera da vida privada;

a vida domiciliar e as estratégias para sua manutenção eram mantidas fora do alcance dos outros externos a ela.

Na descrição desenvolvida por Arendt (1997), do lado de fora da vida privada, havia a *pólis* ou a vida pública, como campo para a liberdade, mas chegar até ela implicava em libertar-se do domínio da necessidade; queria dizer utilizar-se da palavra e da ação, portanto, fazer política, implicando na negociação de interesses num mundo de diversidades. Pensemos que, entre as dimensões da vida pública e da vida privada, há a fundação do outro-externo e do nós-coletivo que reconhecemos na *polis*. O termo público em Arendt (1997) quer dizer aquilo que pode ser visto por todos e também, que é comum a todos, que se diferencia do que é privado. A construção destes espaços ou dimensões da condição humana implica em viver e significar os fatos e as experiências do e no cotidiano, onde o espaço público e as relações intersubjetivas se nutrem do diálogo instrumentalizado pela palavra para declarar os interesses e desejos de cada um.

Ao ultrapassar a limitação da vida do *animal laborans* e experimentar ou recuperar a dimensão da vida pública, pode-se ver gestar o *homo politikus* a que se referia Aristóteles. Aquele que observa o outro, que expressa suas necessidades, defende seus interesses e pratica o diálogo. O diálogo sobre a vida torna-se o fundamento da existência do homem que experimenta a *vita activa*. A construção, emergência e ocupação do espaço público (espaço para cada um, onde surge o “nós”) não implica a dissolução da vida privada, antes realça os limites e as funcionalidades de cada uma destas dimensões; redimensiona existências humanas, identidades sofrem metamorfoses. Público e privado são instantes que se constroem na companhia do outro, com a sua presença; onde histórias individuais e coletivas são vividas e podem ser narradas, produzindo subjetividades.

Para Arendt (1997), em nossa contemporaneidade, não há distinção entre esfera privada e pública, esta foi invadida pela primeira. O espaço da “ação e do discurso” foi ocupado pelo domínio das necessidades. O homem foi reduzido ao *animal laborans*, todos os seus esforços voltam-se para a sua continuidade biológica. O espaço público foi invadido pelo labor onde a repetição de um ato não gera a exteriorização do sujeito ao próprio ato ou produto do trabalho realizado. O peso e a urgência da necessidade fazem com que no trabalho realizado como repetição não haja “diferença entre força de trabalho e trabalho” (Rosa, 1994, p. 117). Tendo o referencial de Arendt como base de suas reflexões, Rosa nos dá sinais de diferentes significações das esferas do público e do privado. Com a investigação realizada por Rosa (1994), focalizando o “sofrimento pessoal e os danos impostos aos trabalhadores ‘antigos de casa’”

através do estudo de caso da indústria ótica brasileira, podemos perceber o sofrimento do sujeito que perdeu em si o “ser profissional”, onde estes apropriaram-se do que seria o trabalho como espaço público e o fizeram enquanto “espaço do convívio entre si”. Ou seja, o espaço público do trabalho permitiu o estabelecimento de relações que não se esgotaram na apresentação do sujeito como animal laborans, preso às necessidades. Neste locus, os trabalhadores tendo o espaço público não totalmente privatizado e limitado à satisfação das necessidades, recuperaram o diálogo da vida em comum.

A constituição do espaço público do trabalho, como foi revelado na pesquisa de Rosa (1994), é ressignificada pela afetividade presente nas relações entre os trabalhadores. Neste cenário, ambiguidades se apresentam: conviver permite ver o outro e senti-lo e operações que seriam próprias de uma vida privada adentram no espaço público do trabalho; enredam-se numa trama de significações que constituem o “convívio entre si” como motor de resistência ao assujeitamento. Na pesquisa de Castro (2003), o que seria o espaço público da cooperativa de catadores de materiais recicláveis, lugar para o exercício do trabalho, configura-se como lugar para a produção de uma resistência assentada nos afetos de uma “família”, expressão utilizada por um dos sujeitos participantes da investigação. Entre outras significações, o privado não quer dizer o avesso do que é público, com ele comunica-se; o sujeito (r) estabelece relações intersubjetivas nos espaços públicos que recuperam sentidos que seriam próprios do mundo privado. No dizer de Rosa (1994, p. 118):

Então, na esfera privada, no locus de trabalho, em luta estão as forças do ‘animal laborans’, do ‘homo faber’ e do cidadão – do trabalhador – contra o seu assujeitamento para reduzi-lo à força física produtiva, e dócil. O que quer dizer que o trabalhador não está reduzido, de uma vez para sempre, a animal laborans, a labuta, a labor. Demarca o trabalhador a diferença entre o seu trabalho como força de trabalho, consumida imediatamente em relações de trabalho que tentam produzir constantemente a redução do trabalhador à força física, produtiva e a docilidade, isto é, reduzi-lo a labor ou animal laborans.

A aparente dicotomia entre espaço público e privado que, antes, constitui delimitação ou fronteira entre espaços que podem se confundir, aspectos possíveis de serem percebidos nas falas dos sujeitos da pesquisa de Castro (2003), demonstra significações paradoxais determinando modos de experimentar o trânsito por estes espaços, em suas dimensões simbólicas e físicas. O que a descoberta da esfera pública possibilitou aos sujeitos foi, além de reconhecer as fronteiras que localizam a vida privada, também permitir o estabelecimento de novas relações intersubjetivas. No público, quer dizer,

no lugar em que os sujeitos se encontram, oferta-se o instante para falar, comunicar, ser visto e ouvido. Para além da dicotomia, vê-se uma passagem entre mundos e das funcionalidades que o constituem: do silêncio à palavra que comunica a necessidade, o desejo. Todos os sujeitos operam esta passagem, realizam seus trânsitos para buscar no espaço público (lugar dos encontros nos cenários da cooperativa, da associação, das reuniões, das experiências escolares) aquilo que parecia inexistente dentro da cada e da Vila. Transitando, constituem novos sentidos para o privado e o público, recuperam funcionalidades perdidas, inauguram significados desconhecidos até então.

A ação e a palavra surgem como possibilidades para dizer do sujeito o que ele é e não é. Paradoxalmente, o que seria um destino inevitável, a partir das relações estabelecidas em torno do lixo, no inferno da degradação, deixa uma margem para a ressignificação, para sua reapresentação, para a possibilidade de existir de novo. Neste espaço os vivos puderam redimensionar seu lugar no cotidiano. Existem aqueles, entre os vivos, que decidiram procurar o que não era inferno no meio do inferno.

Fragmentos e personagens de um cotidiano: histórias de vida, espaços e fronteiras

Faz-se necessário estruturarmos alguns aportes metodológicos que sustentem o desenho empírico que permitiu a realização da pesquisa, que nos fornecerá a base para refletirmos sobre os processos de segregação socioespacial e da dimensão da constituição do sujeito no cotidiano. Quatro sujeitos, dois homens (João, 21 anos e Beto, 30 anos) e duas mulheres (Marli, 32 anos e Laura, 31 anos), foram nossos informantes sobre a segregação e as formas de resistência ante a exclusão no cotidiano. Seus nomes, fictícios, serão expostos no decorrer do texto. Podemos caracterizá-los rapidamente em suas trajetórias em torno do trabalho com a reciclagem quando da pesquisa empreendida por Castro (2003): Laura foi catadora no interior do depósito, tornou-se cooperada e ascendeu à presidência da cooperativa; Marli nunca atuou na catação dentro do depósito, participou da cooperativa e integrou-se à Associação de moradores da Vila; João atua como catador no interior do depósito, juntamente com sua família e, por fim, Beto foi catador no interior do depósito, tornou-se cooperado em certo momento, participou da fundação da Associação de moradores, no momento da pesquisa surge como um pequeno atravessador, comprando e revendendo recursos do depósito.

Elegemos a história de vida como método onde o sujeito surge como o centro do conhecimento

(González-Rey, 1993), é aquele que viveu e vive a realidade que desejamos investigar, portanto, ouvi-lo o sujeito possibilita captar suas formas particulares de, ao contar sua história individual, dar-nos pistas de como compreende seu lugar no mundo. Suas histórias têm como tônica a significação da dimensão cotidiana do trabalho de uma comunidade em torno da reciclagem.

Vygotsky (1993, p. 129) nos diz que: “Por traz de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último ‘porque’ de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva”. Então, já podemos definir aqui dois focos de atenção: a investigação em unidades que corresponde ao significado da palavra e para tanto, o destaque de suas bases afetivo-volitivas.

Na leitura das Histórias de Vida buscando unidades temáticas para desenvolver a análise, percebemos a presença constante de dois elementos de significação que se relacionavam tanto em oposição quanto em confluência: o eu e o outro. Na análise das trajetórias, o eu ao encontrar o outro vive um estado de tensão que é recuperada e revivida quando o sujeito relata sua história de vida. Uma tensão que se objetiva mobilizando afetos, que fazem mediação no modo como configuram suas identidades, que ultrapassa em muito o trabalho na reciclagem enquanto única atividade do cotidiano que participa da constituição de suas subjetividades.

Os encontros aqui referidos que permitem a emergência da tensão entre o eu e o outro trazem uma carga afetiva. Trajetórias de vida são significadas e carregam um colorido afetivo que guarda relações com o cotidiano. A partir daí, pode-se observar que a relação entre estes pólos, ao sustentar relações de trocas sociais, estaria promovendo a produção de novos sentidos subjetivos. Mas não prescindindo dos fatos da vida cotidiana; estavam justamente emergindo em função de eventos e experiências do contexto das vidas destes sujeitos.

Empregaremos a noção de intersubjetividade baseada no pensamento de Vygotsky e desenvolvida por Pino (1995), conceito associado à Psicologia Sócio-Histórica. É intersubjetivo o encontro onde se negociam “mundos de significação privado à procura de um espaço comum de entendimento e produção de sentido, mundo público de significação” (Pino, 1995, p. 22).

Instaura-se o espaço intersubjetivo onde as significações são permitidas pela tensão operada nesta relação. Espaço de trocas simbólicas, espaço de produção de significações, encontro entre subjetividades, encontro entre sujeitos. Lugar para a processualidade que não prescinde nem do sujeito nem do contexto. Duas dimensões, desta forma, se apresentam como constituintes da produção destes novos sentidos: as dimensões da vida privada e da vida pública, ou o que há dentro da

casa e dentro da Vila como lugar de reclusão e o que há fora da casa, tudo o que acontece e se sabe fora da Vila, pelas ruas da Cidade. Que se combinam e constituem o substrato destas trajetórias de vida. Embora em certos momentos, estejam situadas em oposição e ambiguidade.

Os movimentos do sujeito no cotidiano, a tensão operada entre o eu e o outro, ora situam-se no espaço da Vila Emater II, ora transpõem seus limites. Surge um eixo de argumentação comum aos sujeitos que, nos termos de Bosi (1994) denomina-se de “comunidade de destino”. É o que nos revelam as histórias e o que nos dizem os sujeitos. Querem expressar-se, cuidam do presente, distanciam-se do passado, aguardam o futuro com prontidão. Sabem que é difícil transpor as fronteiras entre Vila e Cidade, mas elaboram estratégias de resistência e enfrentamento das limitações cotidianas que, em alguns momentos, são coloridos pelo desconforto e pelo sofrimento. Nos novos encontros sempre há um outro e, neles, emergem novas dimensões da vida cotidiana, produzindo novas significações. Surgem, então, a potencialidade para a ação e o impedimento ao ato. O sujeito retorna à cena como projeto.

O modo como o sujeito significa o par eu-outro dentro e fora da Casa/Vila nos permite compreender como o sujeito posiciona-se ante a reclusão da Vila e a sua emergência nos espaços da Cidade. O trabalho com o lixo possui diferentes significações, conforme esteja o sujeito atuando no processo produtivo da reciclagem e/ou nas formas de organização da vida comunitária. O cotidiano revela-se como repetição do mesmo ou como lugar onde ensaiam-se rupturas. Assistimos o surgimento do morador, da favela, do trabalhador, da cooperativa, da Associação de Moradores, da Vila Emater II. Antes só havia o que não tinha respeito, valor ou “capacidade” de projetar-se no futuro. Até descobrirmos que há um lugar dentro e um outro lugar fora, que existe a possibilidade de estar dentro da casa e da Vila e fora delas. Surgem: o privado como lugar para curtir o sofrimento e o público para expor o que se sente. O privado que limita e abriga o sujeito e o público que o situa em relação ao outro, que promove “bons e maus encontros” (Sawaia, 1999).

Há então, um estar dentro e um estar fora, eu que estou dentro e eu que estou fora. O sujeito experimenta esta passagem entre espaços físicos/geográficos da Vila/Cidade, transita por espaços simbólicos carregados de afeto e política que são o público e o privado. Sabe que não poderá realizar-se estando recluso na Vila. Ao transitar por estes espaços, o sujeito aprende que viver é mais do que “assar e comer”, fala-nos Laura. Sabe que o direito de “ser dono de sua casa e mandar nela”, afirma Beto, e que só pode ser conquistado pelo uso da “palavra verdadeira”, argumenta Marli. Em sua trajetória, o sujeito experimentou o medo, a dor,

a descoberta do novo, a necessidade de ser, no futuro, melhor do que o que é hoje. Fez-se um imperativo ser um outro em si. Ele não é mais o que foi antes, ele quer conservar o que é hoje para ser melhor amanhã. O outro que hoje se encontra dentro da Vila é o igual por quem está ainda ligado, como que por um laço de identidade. São os moradores da Vila Emater II. O outro que está fora é aquele, quase sempre, em oposição. O outro de fora tem atitudes e maneja palavras que ameaçam o eu. Nas palavras de Laura, ao referir-se a sua participação numa reunião com outros atores sociais, representantes de organizações não-governamentais e poder público, identifica no encontro com os outros externos à Vila, aquele que discrimina o catador: “*Mas tem gente que discrimina o catador e eu não gosto. Ele não diz diretamente, assim, que o catador é ‘aquilo’, mas pelas palavras que eles falam a gente entende*”. O eu e o outro são polos de tensão entre espaços da Cidade que parecem não se comunicar, a não ser pelo trabalho silencioso aos ouvidos da Cidade, realizado por aqueles que revolvem o que há no “tombo”³. Alguns encontros revelam-se potencialmente capazes de ressignificar a presença do outro como aquele igual que apoia e acolhe, esclarece e orienta. Beto fala do I Encontro Nacional de Catadores em Brasília, em 2001: “*Quando a gente comentou a nossa situação, eles disseram que a gente tava muito desorganizado e eles incentivavam que a gente botasse as ideias em prática*”.

Transitar pelas esferas do privado e do público é um ato que redimensiona a consciência do sujeito. Marli nos fala:

Foi aonde eu aprendi muita coisa, depois que eu entrei nessa associação eu aprendi a viver. Na associação, nós ia dar entrevista na raida [rádio], no ar... quando preciso falar da associação eu falo, boto a boca no trombone! Amadureci mais porque eu não sabia o valor que eu tinha.

É possível que o sujeito não permaneça mais o mesmo de antes, torne-se outro (a realizar-se) que não ele mesmo. Inicie para si um processo que desconhecia. Em meio à degradação o sujeito renasce como projeto, funda-se com isto, uma possibilidade para existir novo. Contraditoriamente, também vemos operar uma passagem não da exclusão à inclusão social, mas a inclusão marginal ao mercado. O sujeito sai dos espaços do isolamento e também descobre ou redescobre as coisas da vida privada. Na esfera pública, o encontro com o outro é a descoberta do diverso, do igual, do oposto. Surgem nas análises das histórias de vida as formas de reação elaboradas.

Laura enfrenta o trabalho penoso do depósito e sua exploração, com a cooperativa e os laços afetivos estabelecidos entre ela e os cooperados, nos dizendo:

A gente veve junto. Quando um não tem, pede pro outro. Quando um tem um problema, se abre com você. Quando você pode resolver, você resolve. Ai, já chama outro pra ver se consegue resolver e assim a gente vai se habituando com eles. E quando hoje falta um, a gente sente alguma coisa que tá dentro da gente.

João descarta o trabalho com o lixo como estratégia de desenvolvimento, antes situa fora da Vila a possibilidade de crescimento pessoal, nos esclarecendo que:

Houve um tempo, antes, que o lixo era melhor, tinha para todos. Hoje há disputa. Quero curtir minha vida, quero arrumar um trabalho bom, uma família boa, andar com meus irmãos, minha família. Minha professora disse, 'Oh, João! Não perde a cabeça. Dê graças a Deus que o lixo vai sair'. Ela quer me botar numa outra escola e na segunda série. Eu quero mais alguma coisa, espero que ela consiga uma vaga na outra escola. Quero conhecer pessoas nova.

Marli descobre a política entrelaçada ao novo amor; nesta descoberta, melhor seria construção, surge o valor que não tinha, a dignidade que agora possui, afirmando uma razão que lhe é singular: “*Mas você não sabe, eu... a gente vive... vive só por isso, a gente vive do amor*”, do amor por José, seu segundo companheiro, que encontrou na Associação de Moradores da Vila. Neste espaço, fala em dignidade.

Eu sou pobre, mas não perdi a minha dignidade, é porque tem gente que é pobre e não conhece os direito que eles têm. Amadureci mais porque eu não sabia o valor que eu tinha. Eu, com a minha verdade, eu vou em qualquer lugar.

Beto recupera o privado perdido no passado, reescreve no presente as relações de propriedade, poder e autonomia, agora mais vivas do que nunca e, reacendendo a memória fala-nos:

Ai, depois eu fui trazendo a minha família pra cá também, que vivia no interior passando dificuldade. Ai eu digo, 'A gente tem que se organizar também! Aqui não tem escola, não tem energia, água, não tem nada!' Ai a gente começou a se organizar. Vamos fazer uma associação! Ai, eu chamei meu irmão, 'Vamos fazer uma associação, bora! Como é que nós vai fazer?'.

Na descrição do cotidiano, emerge o *animal laborans* que poderia esgotar o sujeito na definição de sobrevivente. O que acontece com o sujeito quando ele tenta ultrapassar os limites do *animal laborans*? Ele observa o fazer do outro e vê o seu fazer. Laura nos diz:

Eu trabalhei quatro anos nesse lixão, eu não tenho nada, quer dizer, nada... quer dizer uma coisa que me valorize do lixo. Não ganhei do Lixão. Tinha que começar a trabalhar na segunda e vender no sábado e comer no próprio sábado e isso era sucessivamente. Era assim que a gente... que hoje em dia eles também levam a mesma situação que eu. Ai, fui aprendendo.

Eu disse esse não é o caminho, não. Porque dói na pele... porque você nunca trabalhou no lixo, mas se você trabalhasse e olhasse a situação de que o povo passa aí, você lembraria de você. Vai dizer, 'Rapaz! Eu já trabalhei desse jeito. Meu Deus!'.

O sujeito compreende nuances e detalhes do seu trabalho, das relações entre quem trabalha e paga e de como se insere no “processo produtivo da reciclagem”. O trabalho alienante se transfigura em trabalho que gera sentido. Observando o outro, observa a si mesmo. Vê o sofrimento de si também refletido no outro. Apoiando-nos em Bovone (1992, p. 267), poderíamos dizer que o encontro com o outro pode tornar-se “o instante para a recusa e o rompimento”.

Do *homo faber* que observa, o *homo politikus* só pode ser uma possibilidade que se esboça no cotidiano, mas não (ainda) para todos. Não para a juventude de João? Talvez... João quer conhecer os outros que não estão na Vila, que estão fora dela a sua espera e no futuro; capazes de compreendê-lo porque têm a mesma origem que ele. Na vida privada, prepara-se para este encontro onde aprenderá mais. São outros que ainda não têm rosto, mas que estão lá (no futuro) porque assim se deseja.

As identidades dos sujeitos não se limitam a definições pelo exercício do trabalho na reciclagem. As experiências cotidianas e as relações intersubjetivas experimentadas “em torno do lixo” foram substrato para a produção de novos sentidos subjetivos em suas trajetórias de vida. O sujeito não é apenas o trabalhador da reciclagem. O movimento inverso de leitura também é verdadeiro: há um sujeito no trabalhador, que não se reduz ao trabalho desenvolvido no cotidiano. O trabalhador é uma parcela do sujeito, uma porção de sua identidade ou uma de suas identidades, que ainda poderão ser múltiplas no futuro. A identidade homogeneizadora do catador-favelado não é “re-posta” (Ciampa, 1987) para reduzir e definir o sujeito. Onde, “a re-posição da identidade deixa de ser vista como uma sucessão temporal, passando a ser vista como simples manifestação de um ser sempre idêntico a si mesmo na sua permanência e estabilidade (Ciampa, 1987, p. 164)”. Não há mais permanência absoluta no tempo da vida do sujeito nem da história da Vila. A tensão do cotidiano não permite estabilidades.

Por ora, o sujeito parece estar para esta identidade: a do catador. Por ora e porque não há ainda um outro nome que diga o que é o sujeito, ele será “o catador”. Mas os movimentos do sujeito no cotidiano fogem, escapam ao rótulo. O rótulo/nome catador já não cabe no sujeito ou o sujeito não se reduz ao catador. O que ele tem se tornado e para onde segue ainda não tem um nome novo, mas tem afetos e estes se implicam em relações de confronto, de diálogo.

João, no futuro, será mais do que é hoje. Não se encerra no catador, não nos oferece um nome ao que é agora. Fala agora de possibilidades de ser. No futuro, será feliz e isto parece bastar: dizer, agora, o que sentirá e viverá no futuro. Por ora, dizendo para nós o que faz hoje na Vila. Mas ele não se prende a nenhum nome. Embora nos diga preso aos limites da Vila. A condição do sujeito permite que se modifiquem os limites dos espaços simbólicos, gerando novos sentidos e conseqüentemente, possíveis opções de ações dentro da trama social em que atua. Isto gera uma tensão: os novos sentidos entram em choque com o estabelecido, com as formas rígidas que determinam (ou determinariam) os destinos e o fazer cotidiano dos sujeitos. González-Rey (2003, p. 237) nos diz:

As opções produzidas pelo sujeito não são simplesmente opções cognitivas dentro do sistema mais imediato de contingências de sua ação pessoal, mas verdadeiros caminhos de sentido que influenciam a própria identidade de quem os assume e que geram novos espaços sociais que supõem novas relações e novos sistemas de ações e valores. O domínio de uma multiplicidade de espaços sociais que passam a formar parte da vida pessoal é a expressão da capacidade de extensão e crescimento do sujeito.

O nome, a própria denominação catador agora é também a de um sujeito de direitos, digno e com aspirações. O eu deve vencer a nulidade e construir sua singularidade. Tornar-se um quando sofre a ameaça constante de não ser um e retornar ao que era ou fazer-se apenas o catador-favelado. O sofrimento daí decorrente é não poder ser, desde já, aquilo que deseja para si e com o outro e, enfim, ver concretizar ao seu redor o mundo ideal que necessita. Ele vê que poderá tornar-se um-outro desejoso de si, mas também poderá fracassar como projeto humano. Não é o medo cotidiano de viver na Vila e do desconforto e tensão pelo encontro com o outro-externo à Vila, apenas. É o medo de tornar-se de fato e “como único fato possível”, aquele que não é o legítimo sujeito que se vê objetivado pelo olhar e na palavra do outro-externo à Vila, que o desqualifica. Os percursos desenvolvidos por cada um dos sujeitos são significados como tentativas de saída das amarras do cotidiano, modos particulares (por vezes coletivos) de inventar olhares sobre a vida cotidiana.

A primeira imagem foi conceber a Vila como uma ilha de reclusão na Cidade. Mas pudemos ver um pouco mais: outras duas ilhas menores podem existir no universo da Vila. O interior do depósito, seu modelo de trabalho, sua exploração e, enfim, a cooperativa, que pode também promover isolamento e demonstrar maior distância entre os que já vivem apartados. Neste sentido, é como estivessem limitadas ou mesmo não existissem as possibilidades de escapar “à Vila/ilha de reclusão”, pela própria alternativa viável que é a cooperativa.

A condição de fragilidade em que se situa o catador e aqueles cooperados pode servir para conter o sofrimento em limites mais rígidos dentro da própria Vila. Como nos diz Beto,

na prática, a cooperativa funcionava como atravessador. A cooperativa, nem com a gente lá dentro, nunca funcionou como cooperativa! Na assinatura do convênio, a Prefeitura só forneceu o caminhão [para o transporte dos materiais] por três dias da semana... E aí, os cooperados pegaro e aceitaro e começou o primeiro erro. O segundo erro foi comprar material. O terceiro, foi a desunião no grupo mesmo.

Laura nos diz: “A gente passa quinze dias para fazer uma carga que os catadores fazem por semana”, fala-nos, ainda, que os atravessadores chegam na cooperativa para sondar por quanto os cooperados estão vendendo o material e “fica jogando o pessoal [os catadores que atuam no interior do depósito de lixo] em cima da gente”. Em determinado momento, os atravessadores viram na cooperativa um concorrente e tomaram uma atitude inesperada: “A primeira medida foi aumentar o valor do material lá de cima. A cooperativa não pôde concorrer com os atravessadores”. A imagem da “Cidade cindida entre Morro e Asfalto” (Rocha, 2001) pode não comportar uma outra imagem onde a Vila fragmenta-se em pequenas ilhas; onde a cooperativa, à deriva, aparentemente distanciando-se de um modelo equivocado e reprovado por todos, saudada como alternativa viável e “com potencial de inclusão social”, vem revelar-se frágil estratégia de inclusão no mercado da reciclagem.

A dissolução do depósito de lixo, sem políticas públicas que atendem as demandas dos grupos, lançará um contingente de sujeitos-catadores (-favelados ainda?) num vazio. O modelo de trabalho e a exploração dos recursos já estarão entranhados num “modo de fazer” (Certeau, 1994) o cotidiano. Estará lá (no sujeito), mesmo quando for embora das vistas da Cidade o depósito e o que ele representa. O vivido é declarado em afetos; palavras guardam razões e desejos. São as marcas subjetivas da dialética exclusão/inclusão social. Sabe-se que não se está inteiramente dentro ou fora da Vila, faz-se uma passagem, ainda que incompleta, entre mundos: a casa pode abrir-se à Vila e a Vila abrir-se à Cidade.

Notas

* O autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de Bolsa de Estudos.

¹ O termo nulidade está proposto tanto como tentativa de configurar uma condição subjetiva aparentemente irreversível (a de não ser mais sujeito), quanto um destino iminente para aqueles que vivenciam um processo de exclusão e errância

nos espaços da cidade. Os personagens de Steinbeck (1989) estruturam laços no cotidiano da rua, tecem uma trama de relações intersubjetivas e desenham trajetórias de vida que se implicam. Cannery Row, “uma rua de ilusões perdidas”, uma “caravana de destinos”, é o palco para que ilusões e destinos, como significantes, anunciam a possibilidade de anulação dos sujeitos, bem como suas tentativas de existir como singularidade. Onde parece haver apenas repetição e sofrimento, demarca-se também a possibilidade do sujeito de constituir-se como autor de sua própria existência.

- ² Expressões como “cidade”, “comunidade” e “ilha de reclusão” serão utilizadas em muitos momentos deste artigo para nos referirmos à cidade como espaço genérico, lugar do urbano e suas contradições e referência direta ao contexto em que se desenvolveu a pesquisa realizada por Castro (2003), bem como à unidade geográfica em que se organizou a comunidade de catadores, denominada Vila Emater II, referida na pesquisa de Castro (2003), ora como Vila ora como ilha. A expressão “ilha de reclusão” alteração proposta por Castro (2003) a partir da expressão “ilhas de exclusão”, esta creditada a Juncá (1996), quer acentuar o caráter de apartação e confinamento geográfico e simbólico da Vila.
- ³ Entre os catadores, “o tombo” indica tanto uma área específica do depósito em que os caminhões de coleta despejam os resíduos quanto o próprio ato que o catador executa para despejar o conteúdo dos sacos, por ele preenchidos, durante a semana ou a quinzena de trabalho. O tombo é a área em que os catadores aguardam os caminhões com seus ganchos e sacos, assim como denomina-se o ato de “tombar o saco” e pesar sua produção de trabalho.

Referências

- Arendt, H. (1997). *A condição humana* (R. Raposo, Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1958)
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bovone, L. (1992). Teorias da cotidianidade: busca de sentido ou negação de sentido? *Revista da Faculdade de Educação*, 18(2), 267.
- Calvino, Í. (2001). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castro, E. A. S. (2003). *Do afeto e da política em um cotidiano (in)sustentável: as trajetórias de vida dos trabalhadores da reciclagem*. Dissertação de Mestrado, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1980)
- Ciampa, A. C. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ferreira, E. M. & Majela, G. (1998). Notas sobre los espacios intrafronterizos en Brazil: el desorden desde “la ley de frontera”. *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada*, 1, 87.
- González-Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning.
- González-Rey, F. (1993). *Problemas epistemológicos de la Psicología*. Havana: Colégio de Ciencias y Humanidades.
- Juncá, D. C. (1996). Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 52, 35.
- Lafer, C. (1979). *Hannah Arendt* (Cadernos da UnB, 4 - Teoria política). Brasília: Editora da UnB.
- Lévi-Strauss, C. (1996). *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ludke, A. & André, N. E. D. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Odum, E. P. (1998). *Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Coogan.
- Pino, A. (1995). Processo de significação e constituição do sujeito. *Temas de Psicologia*, 1, 22.
- Rocha, A. (2000). *Cidade cerzida: a costura da cidadania no morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Rodrigues, M. (1998). *Produção e consumo do e no espaço: problemática urbana*. São Paulo: Hucitec.
- Rosa, M. I. (1994). *Trabalho, subjetividade e poder*. São Paulo: Letras e Letras.
- Sawaia, B. B. (1999). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Steinbeck, J. (1980). *A rua das ilusões perdidas: caravana de destinos*. Rio de Janeiro: Record.
- Telles, V. S. (2001). *Cidadania e pobreza*. São Paulo: Ed. 34.
- Vygotsky, L. S (1993). *Pensamento e linguagem* (J. L. Camargo, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934)
- Weil, S. (1996). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. São Paulo: Paz e Terra.

Recebido em: 27/06/2010

Revisão em: 27/12/2010

Aceite final em: 23/02/2011

Elton André Silva de Castro possui Graduação em Psicologia (2000) e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (2003) pela Universidade Federal de Alagoas. Professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - Campus Afogados da Ingazeira. Endereço: Conjunto Artemísia. Tv. Penedo, nº 1.359, Bloco Lúpulo, Ap. 203. Feitosa. Maceió/AL, Brasil. CEP 57043-350. Email: castroelton@yahoo.com.br

Como citar:

Castro, E. A. S. (2012). Segregação socioespacial, constituição do sujeito e significação do cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 75-83.